

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 76

Data: 12/03/82

Pg.: _____

Índio já sabe o que é correção monetária e pede o justo à Vale

"O preço é xis. A Vale do Rio Doce aceita e tem o dinheiro? Então pronto, paga". Esta é a melhor maneira de ser resolvido o problema de indenização dos 15 quilômetros das terras dos índios Gaviões, por onde deve passar a ferrovia Carajás-Itaqui, cujo projeto é de responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce, segundo opinião do delegado regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Paulo César Abreu.



Paulo César Abreu apóia o pleito dos Gaviões.

A construção da ferrovia de 870 quilômetros, que servirá para escoar o minério de Carajás para o porto de Itaqui, no Maranhão, está paralisada há dois meses, em virtude dos índios Gaviões e Companhia Vale do Rio Doce não terem chegado a um acordo, quanto ao valor da indenização a ser paga aos primeiros, já que a ferrovia obrigatoriamente tem que atravessar 15 quilômetros por dentro da reserva dos Gaviões. O valor pedido pelos índios é de 46 milhões de cruzeiros.

PREÇO JUSTO

Segundo Paulo César Abreu, indenização pedida representa um preço justo, porque além da derrubada de árvores, na maioria castanheiras, do qual os Gaviões retiram o seu principal meio de subsistência, a passagem da ferrovia afastará naturalmente a caça, além de desvitalizar a área. Por outro lado, haverá uma quase que total inversão do "modus vivendi"

dos índios, que terão que se adaptar à nova vida. Tudo isso fará com que os Gaviões criem seus próprios animais, providenciem pastagens, mandem seus filhos para a escola. É justamente por isso que eles estão pedindo 46 milhões de cruzeiros pelas terras. Segundo palavras do delegado "seria bom pagar logo, para deixar que os índios levem vantagem pelo menos uma vez".

A propósito dessa sua declaração, Paulo César não considera que quando os Gaviões foram indenizados pela Eletronorte em 40 milhões de cruzeiros no ano de 1980, por uma faixa de terras por onde passa a linha da Chesf, tenha havido tanta vantagem por parte dos índios: "Eu diria que

eles foram bem atendidos".

BEM ORIENTADOS

O delegado regional deverá estar seguindo no próximo dia 16 para Brasília, onde tratará, junto à presidência da Funai, da questão dos Gaviões. Seu grande temor, confessou ele, é que o problema se arraste por muito tempo como aconteceu no caso da Eletronorte, que levou quatro anos para chegar a um acordo, e a indenização que hoje é de 46 milhões daqui a algum tempo possa estar em 100 milhões. "No caso da Eletronorte", lembra Paulo César, "parece que começou com um milhão e quatro anos depois chegou a 40 milhões de cruzeiros". Para Paulo César, é fundamental que se resolva tudo o mais rapidamente possível, porque os Gaviões estão bem informados e orientados.

Bem informados e orientados eles estão desde 1978, quando os Gaviões, por entenderem que a Funai não estava defendendo seus interesses (no caso de um contrato com uma firma para fornecimento de castanha, que eles queriam rescindí-lo, depois de iniciado, e que não foram atendidos conforme queriam), romperam com a delegacia, e desde essa época até meados de 80, quando tudo foi contornado e voltaram ao seio da Funai, eles ficaram recebendo assessoria da Universidade de São Paulo (USP), do grupo do advogado paulista Dalmo Dallari e de outros antropólogos.

Até mesmo uma caixa postal eles tinham em Marabá para receber correspondência de São Paulo com esse pessoal. Foi nessa época que eles começaram a aprender o que era correção monetária, juros, inflação, e etc. E foi esse o motivo de terem conseguido uma boa indenização da Eletronorte, em 1980, e exigirem agora o que julgam ser um justo pagamento da Companhia Vale do Rio Doce. Hoje, diz o delegado, o entendimento entre Gaviões e Funai é bom: "Eles respeitam e acatam a Funai".

TRABALHO CONJUNTO

Diz Paulo César que atualmente os Gaviões sabem que o que 10 mil cruzeiros compram hoje não compram mais amanhã, e é por esse motivo que eles temem que nos próximos meses, caso a indenização não seja paga agora pela Vale, o preço suba e as negociações se arrastem, e a construção da ferrovia continue paralisada.

Para Paulo César, "é provável que se as contas forem feitas a bico de lápis, a CVRD vai ver que já perdeu quase ou o equivalente ao pedido dos Gaviões, pois a empresa tem cronograma a cumprir, tem equipes contratadas, etc."

De qualquer maneira, ele reconhece que não será tão fácil resolver o caso, mas acredita que haja uma sensibilização de todos os órgãos, no sentido de que com um trabalho conjunto, se chegue finalmente ao acordo: "Afinal de contas, tudo é verde e amarelo".

Técnicos da CVRD e Funai farão demarcação

A Assessoria de Imprensa da Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela construção da ferrovia Carajás-Itaqui, que segundo se noticia, teve sua construção paralisada, pelos índios Gaviões, que exigem uma indenização de Cr\$ 46 milhões para deixarem a estrada de escoamento de minérios passar por suas terras, informou ontem que a CVRD jamais se recusou ou se recusaria a ressarcir os índios da tribo dos Gaviões pela utilização de parte de seu território com a ferrovia, mas acrescentou que essa

indenização ainda não foi paga porque a Companhia carece para elementos para isso. E acrescentou que visando a uma solução para o problema, seguem neste sábado para Imperatriz, no Maranhão, dois técnicos da CVRD, que deverão se juntar ali com técnicos da Funai, para conjuntamente, seguirem para Reserva Mãe Maria, em Marabá, onde durante uma semana será efetivada a demarcação da área a ser utilizada pela ferrovia e realizados os estudos para

uma justa indenização a ser paga aos índios Gaviões.

Acrescentou a assessoria de imprensa da Vale que carecem de fundamentos as notícias que dão conta que as obras da ferrovia estão paralisadas, pois, embora havendo esse problema no território dos Gaviões, a CVRD atacou outras frentes de serviço, já que a área a ser trabalhada dentro da reserva é de apenas 15 quilômetros, e o total da ferrovia é de 870 quilômetros, ligando Carajás, no Pará, ao porto

de Itaqui, no Maranhão.

Finalizou o assessor de imprensa Geraldo Melo afirmando esperar que até o final da próxima semana estejam completados os estudos sobre a indenização devida aos Gaviões, que virão em sequência ao trabalho de demarcação que começará neste sábado mesmo, logo após a chegada dos técnicos da CVRD e da Funai a Reserva de Mãe Maria, localizada a 38 Km de Marabá, onde residem cerca de 200 índios.